

EM TEMPO!

Publicação da tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

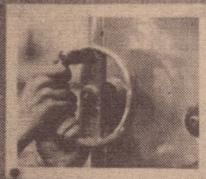
Congresso Nacional da CUT

As grandes polêmicas a serem enfrentadas pelo 3º CONCUT

(Págs. 6, 7, 8)

3º CONCUT

CONGRESSO NACIONAL
DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES



**Construindo
um novo
sindicalismo**

7 a 11 de setembro de 1988 Belo Horizonte/MG Brasil

ESPECIAL

**Democracia
Socialista,
tendência
do PT**

(Págs. 3, 4, 5, 12)

CONSTITUINTE

**Prossegue o
debate no
interior do PT**

(Pág. 2)

PARA QUE ASSINAR A NOVA CONSTITUIÇÃO?

A nova carta não resolve, mas agrava, as questões que estarão no centro das eleições municipais e da campanha presidencial.

O debate no PT sobre a posição global do partido frente à nova Constituição entra agora na sua fase conclusiva, tendo como fórum de deliberação final o Diretório Nacional, após o término das votações do segundo turno da Constituinte.

Depois de um prolongado período em que centralizou as atenções no processo constituinte, o partido começa a tratar das tarefas políticas de conjunto. E, sem dúvida, esta questão — a da tática geral do partido na conjuntura — será um dos elementos decisivos que irá medir, praticamente, a consequência das posições apresentadas no debate em torno da Constituinte.

Voto não no segundo turno

A resolução do DN de sete de agosto de 1988 mantém a avaliação já anteriormente assumida de considerar o caráter geral da nova constituição “essencialmente conservador, antidemocrático e antipopular”. Esta avaliação traz como consequência o voto “não” ao texto no 2º turno. Embora tenha um sentido apenas indicativo, a posição do DN recupera um aspecto básico da conduta do PT, manifestando-se em oposição à transição conservadora e à nova ordem institucional.

O fato de se ter mantido conquistas importantes, como o direito de greve, não altera a avaliação global do partido sobre o processo constituinte e o seu resultado, como assinala, antecipadamente, a resolução.

Mais ainda: a resolução sustenta a posição de rejeição e de denúncia da nova Constituição em razão dos objetivos estratégicos do PT — “(...) o PT rejeita a imensa maioria das leis que constituem a institucionalidade que emana da ordem burguesa capitalista, ordem que o partido justamente procura destruir e, no seu lugar, construir uma sociedade socialista” — e em razão (esta considerada a principal) do

resultado concreto da Constituinte, que “poderia ser muito mais democrática e popular; (e) não o é por causa da ação das forças conservadoras e reacionárias...”

Voto e assinatura

A resolução do DN, se por um lado define o voto “não” ao texto constitucional, de outro realiza um crítica geral das visões que defendem também que o desdobramento desta posição seja a não assinatura da nova Constituição. Toda esta crítica é utilizada para fundamentar a seguinte conclusão:

“Se até o final do segundo turno de votação — apesar da mobilização por pressão popular que o partido se empenha em deflagrar — aqueles direitos e conquistas forem eliminados ou substancialmente reduzidos, se essa mutilação ultrapassar marca que o PT, sensível às exigências da classe trabalhadora, julgar como condições mínimas indispensáveis, o DN poderá considerar a hipótese de votar a proposta de que os dezesseis membros da bancada federal petista — além de votarem não à nova Constituição — se recusarem a assiná-la, como demonstração simbólica de repúdio ao retrocesso representado por todo o atual processo constituinte brasileiro”.

Ou seja: se a votação do segundo turno não alterar o texto do primeiro em relação a algumas poucas conquistas trabalhistas, alguns direitos mínimos, os parlamentares do PT devem firmar a nova Constituição. Trata-se, pois, de um texto que, neste aspecto, distorce o debate político porque não se centra em afirmar o que temos a ganhar assinando a nova Constituição.

Já discutimos, nas páginas do EM TEMPO e no texto que o companheiro João Machado apresentou ao partido, inúmeras razões para votarmos não e também não assinarmos a nova Constituição. Não vamos retomar esta discussão em seu conjunto. Torna-se, porém, necessário aprofundar a discussão das consequências — em termos de tática



para a conjuntura que se abre — das duas posições políticas, discussão facilitada e exigida pela aprovação de uma resolução sobre o momento político pelo DN.

Esta resolução constata a existência de duas questões determinando a conjuntura que se abre, as eleições municipais e a crise econômica, marcada pelo agravamento da inflação. As respostas dadas são a eleição do maior número possível de vereadores e prefeitos, a candidatura Lula com base no programa democrático e popular, aproveitar as eleições para realizar um balanço político da Nova República e da Constituinte e a ligação disto com as lutas sociais. De outra parte levanta-se a necessidade de um “plano econômico alternativo” articulado com o programa de governo. Porém o centro da tática enquanto durar o processo constituinte é a manutenção da pressão para preservar os ganhos já obtidos.

Pacto Constitucional

Com o final dos trabalhos da Constituinte, a burguesia pretende abrir um novo momento na vida política do país, coroando a transição conservadora com uma “ordem jurídica”, que a classe dominante apresentará como um pacto do conjunto da nação; as regras do jogo que todos terão que respeitar para terem seus direitos assegurados. Um argumento já antecipado por Sarney, no seu discurso de 18 de agosto: “Os trabalhadores, para poderem fazê-la (a Constituição) vitoriosa, devem ter a consciência de que, ao assumirem direitos, terão deveres a cumprir, até mesmo para preservar os direitos adquiridos” (FSP, 19/08/88).

Será esta nova ordem jurídica que abrigará a eleição de um Presidente da República por voto direto, que polarizará e sintetizará o conjunto do processo político institucional do país e para

o qual as atuais eleições municipais constituem uma preliminar.

O problema central de orientação é como os trabalhadores e o nosso partido vão se inserir na disputa política global que se abre. A posição pública que o PT adotar frente à nova Constituição vai acumular em diferentes sentidos dependendo da política a ser conduzida a partir de agora.

Assinar para que?

É claro hoje que a nova Constituição não avança na resolução de nenhum dos grandes problemas nacionais e até retrocede em outros: mantém e até aumenta a intervenção legal dos militares na vida política, conserva a estrutura sindical corporativista, recusa a reforma agrária, capitula na dívida externa e acentua dependência do país frente ao imperialismo. São exatamente as questões-chaves não resolvidas, antes agravadas pela Constituição, que tendem a ser o centro da ação tática do partido na conjuntura que está se abrindo, aprofundando o desgaste do governo e suas instituições e procurando construir um amplo movimento político de massas, articulado a partir das distintas lutas sociais.

Em suma, a burguesia tentará utilizar a nova Constituição para tentar deslegitimar e impedir a ação do movimento de massas. Esse é o cenário que se delineia. Dentro desta ótica, é fundamental que o debate partidário consiga transformar a posição indicativa de voto não ao final do segundo turno em posição definitiva do Partido e da sua bancada.

E, se existem razões de sobra para, inclusive com postura coerente com o voto não, não assinar a Constituição — de sobra e apresentadas ao debate — resta agora, aos companheiros que defendem a posição de assinar, dizer ao partido o que temos a ganhar com essa alternativa.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Sérgio Moura

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS nº 2.769.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda — Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, São Paulo — SP — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC nº 46.093.0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329 — Sala 12 — CEP 30.180, fone 226-0646, Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 — Loja 04 — Bonfim — CEP 90.210 — Fone: 27-4642; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 — Sala 1.414 — CEP 20.031; Vitória: Caixa Postal, 1.427 — CEP 29.000; Natal: Caixa Postal 1.550 — CEP 59.072.

Editorial

DEMOCRACIA SOCIALISTA

Tendência do Partido dos Trabalhadores

Desde os primeiros movimentos para a criação do Partido dos Trabalhadores, a Democracia Socialista engajou-se com todas as suas forças naquilo que viria a ser o mais importante dos avanços do movimento operário e popular no Brasil: em primeiro lugar, a constituição de um partido político independente da burguesia; e depois, hoje, a luta para fazer deste partido um Partido Revolucionário.

Combatendo as concepções dogmáticas que viam no PT uma frente política e não um partido mesmo; combatendo também o espontaneísmo que considerava o PT não mais que uma representação institucional dos movimentos sociais, a DS buscou atualizar o leninismo, enxergando no PT uma via de construção do Partido Revolucionário e defendendo que os marxistas-revolucionários não só se mantivessem enquanto corrente do PT, mas que buscassem unificar-se para poder interferir nos rumos do partido que estava nascendo.

No processo de construção do PT, a DS foi a primeira corrente a considerar-se como tal, isto é, parte integrante do partido e portadora de uma proposta de construção estratégica do PT diferente das demais correntes. Em decorrência da própria compreensão de que um partido, ao contrário da lenda estalinista, não é um corpo monolítico, indiferenciado internamente, a DS sempre defendeu o direito de tendência. O PT, para a DS, deveria cumprir — como vem cumprindo — um papel fundamental de aglutinação de militantes e grupos políticos de variadas origens e experiências, comprometidos com a luta socialista. A partir de uma trajetória de dispersão da esquerda brasileira e da crise internacional que vive o movimento revolucionário, o objetivo decisivo de unificação num só partido das forças socialistas só é possível se neste partido for praticada a mais ampla democracia interna. E, obviamente, o direito de tendência é um dos aspectos centrais da democracia partidária.

Nesta luta, a DS enfrentou as concepções monolíticas que durante um bom tempo empunharam o argumento preconceituoso das "duas camisas", e não hesitaram em envenenar as relações internas entre petistas, buscando estabelecer uma muralha entre os que se organizavam em correntes centralizadas e os petistas não organizados em correntes. Não importava, inclusive, se entre os próprios autores da crítica às tendências estivessem correntes não declaradas ao partido e tampouco a avaliação concreta da conduta e das posições políticas das correntes. Corretas ou não, eram execradas. Essa prática acabou sendo derrotada no interior do Partido. E hoje está estabelecido o direito de tendência.

A DS jogou um papel central nesta conquista. E não se furtou a criticar as



correntes que usavam a sua centralização para construir um projeto distinto do PT — não para afastá-las do PT, mas para ganhá-las para a construção do partido.

O PT e a DS hoje

Ao longo de seus oito anos de existência, o Partido dos Trabalhadores atravessou diversas conjunturas e passou a representar a síntese do esforço dos trabalhadores em constituir um novo pólo político no país. O PT passou a ser o alvo central do ataque das classes dominantes, seja pela incessante campanha de descaracterização do partido, seja pelas tentativas de comprometê-lo com a institucionalidade, seja pelas periódicas ameaças de intervenção das forças da ordem.

O resultado de quase uma década de construção do instrumento da independência política dos trabalhadores é mais do que um partido consolidado. É um partido que, sob tensão e sob um processo constante de debate e acumulação de forças políticas, avançou na sua vinculação com os objetivos históricos da classe trabalhadora. Estamos, hoje, num partido que reúne o que há de melhor na vanguarda operária e popular do país; que aglutina os combatentes da luta socialista; que começa a se defrontar com os problemas estratégicos da questão do poder, incluindo aí a própria natureza e estrutura do partido, necessariamente repensados à luz de avanços na conformação do seu programa.

É este quadro da construção partidária no Brasil que cobra de todas as tendências e militantes do PT um novo e mais forte empenho em estar à altura dos desafios, de dar passos decisivos na construção do PT.

Os desafios não são poucos: vão des-

de o enfrentamento dos riscos da institucionalização do partido e da luta pela constituição de uma direção que unifique o conjunto dos setores revolucionários do PT às enormes tarefas da estruturação de um partido militante, democraticamente centralizado. Mas os recursos acumulados pelo PT também não são poucos: vão desde o sentimento revolucionário presente na maioria das bases partidárias ao compromisso estratégico de boa parte das suas correntes e militantes com a revolução socialista, compromisso que se faz sentir nas definições programáticas que o partido vem assumindo.

É este quadro de tensão na construção do Partido dos Trabalhadores que permite vislumbrar a possibilidade, concreta e na ordem do dia, de um partido revolucionário.

É esta questão decisiva — cuja resolução não se dará sem uma intervenção eficaz dos revolucionários petistas — que leva a Democracia Socialista a buscar situar-se em sintonia com o momento vivido pelo PT. E estruturar-se da maneira que mais contribua para levar à frente a proposta de construção do PT como partido revolucionário. É por isso que a DS, coerente com sua trajetória, assume-se plenamente como tendência partidária.

A construção da DS

A necessidade de construção de uma tendência marxista-revolucionária, leninista, no PT se dá, em primeiro lugar, porque é obvio que para se propor a dirigir a revolução socialista no Brasil as atuais definições do PT são insuficientes.

À própria construção partidária falta muito para conseguir responder às necessidades colocadas para uma vanguarda revolucionária no país. Um

partido de combate, dirigente, com centralização política democrática e, sobretudo, a construção de uma direção revolucionária para o partido, que consiga sintetizar as contribuições de suas diferentes correntes e unificá-las no PT, são elementos decisivos na construção partidária que ainda não foram alcançados.

Em segundo lugar, há toda uma série de questões programáticas muito importantes que não foram assimiladas plenamente pelo partido e nas quais a DS tem uma contribuição fundamental: a importância da auto-organização dos trabalhadores; a necessidade de hegemonia do proletariado na construção de uma alternativa à dominação burguesa; a defesa da democracia socialista na ditadura do proletariado; a incorporação do feminismo; o internacionalismo, particularmente a necessidade da construção de uma internacional revolucionária de massas.

Por outro lado, a evolução do PT, até que este assuma uma estrutura orgânica militante, um programa revolucionário e que se construa uma efetiva direção revolucionária para o partido, não é espontânea e tampouco qualquer corrente do PT tem hoje condições de dirigir sozinho este processo. Por isto mesmo, a DS se organiza para impulsionar a evolução do PT em seu conjunto, para intervir na construção do partido em suas diversas frentes e em suas disputas internas.

A Democracia Socialista permanece uma tendência centralizada para a intervenção no interior do Partido e se integra ao conjunto do PT em sua intervenção política e partidária, de acordo com suas decisões legítimas e democraticamente tomadas. E luta para que o PT defina posições e organize de forma partidária o conjunto de seus militantes.

Aos militantes petistas

A explicitação das tendências, das suas propostas, aos militantes do PT é um ganho extraordinário para a construção do nosso partido. A legitimidade não só da DS mas de todas as correntes petistas certamente contribui para uma relação superior entre os companheiros de um mesmo partido.

De outro lado, torna possível uma verificação do compromisso, da coerência, e mesmo da necessidade das propostas e da prática de cada tendência.

Neste sentido, a Democracia Socialista também se abre para o debate fraterno com todos os companheiros petistas. E, em particular, dirige-se àqueles que, como nós, percebem a necessidade de desenvolver, hoje, a luta para a evolução do PT a um partido revolucionário, propondo um esforço conjunto de debate e intervenção nos rumos do PT.



A construção do PT

A Democracia Socialista foi pioneira na defesa da construção estratégica do PT como partido revolucionário. Hoje, várias outras correntes do partido expressam uma visão semelhante. Neste artigo, um resumo do que é hoje a visão da DS sobre a construção do PT.

O ponto de partida para compreendermos a importância decisiva, histórica, da formação do PT, é a constatação de que, por todo um período histórico, e na grande maioria dos países, não tem existido partidos revolucionários de massas. Esta é a pior consequência da burocratização sofrida primeiro pela II Internacional e depois pela III Internacional. É importante salientar que apesar da ausência de uma direção revolucionária internacional, o que especialmente veio a domesticar o movimento operário europeu, ocorreram revoluções vitoriosas, enfrentamentos decisivos com o imperialismo na China, em Cuba, no Vietnã e na Nicarágua.

O PT representou um passo à frente fundamental, histórico, para o proletariado brasileiro, representa um esforço dos setores fundamentais da vanguarda do movimento operário e popular no sentido de construir um partido político independente dos trabalhadores, com uma política própria — um fator revolucionário central que havia sido deliberadamente comprometido com as políticas dos PCs de subordinar os interesses dos trabalhadores a uma suposta burguesia “nacional” progressista.

Da sua fundação até hoje, o PT enfrentou momentos decisivos, neste período de final da ditadura militar e formação da “Nova República”, marcando sua característica fundamental de independência de classe (negação do colégio eleitoral, participação nas eleições com perfil próprio), tendo um papel decisivo na formação da CUT. Neste período o PT conquistou o lugar de principal alternativa de esquerda no país, contraposta à Nova República.

O PT e a revolução

O papel objetivo que o PT cumpre — determinado pelas condições da luta de classes que se desenrola no país — de referência de amplas massas para o seu posicionamento político frente ao poder burguês, contém um aspecto revolucionário. Isto se deve à sintonia mantida pelo partido com os anseios das massas, o que é facilitado pela natureza das grandes contradições sociais e pela debilidade dos recursos da burguesia para cooptar o movimento operário.

Mas no último período começa a haver uma alteração fundamental na própria elaboração do partido, na consciência do próprio partido sobre si mesmo. Hoje não é só a Democracia Socialista e outras correntes revolucionárias do PT que lutam para que o partido assuma claramente a perspectiva revolucionária. Há setores, no interior da atual maioria dirigente, que também se colocam esta tarefa. Com formulações diferentes, a partir de métodos e referências históricas e teóricas

diferentes; mas — e isto é fundamental que os revolucionários petistas compreendam, inclusive para situar a sua contribuição de forma mais consequente — o esforço para fazer do PT um Partido Revolucionário não é mais um empenho isolado. É uma vitória da nossa corrente, do conjunto dos revolucionários petistas, do próprio partido.

Assim, em 1981, quando a Democracia Socialista lança sua tese “O PT e o partido revolucionário no Brasil” (republicado em Perspectiva Internacional n.º 8/9, dez. de 1984) a idéia estratégica de construção do partido revolucionário através da construção do PT era realmente uma proposta solitária. Hoje, 7 anos depois, é uma idéia compartilhada por vários segmentos petistas.

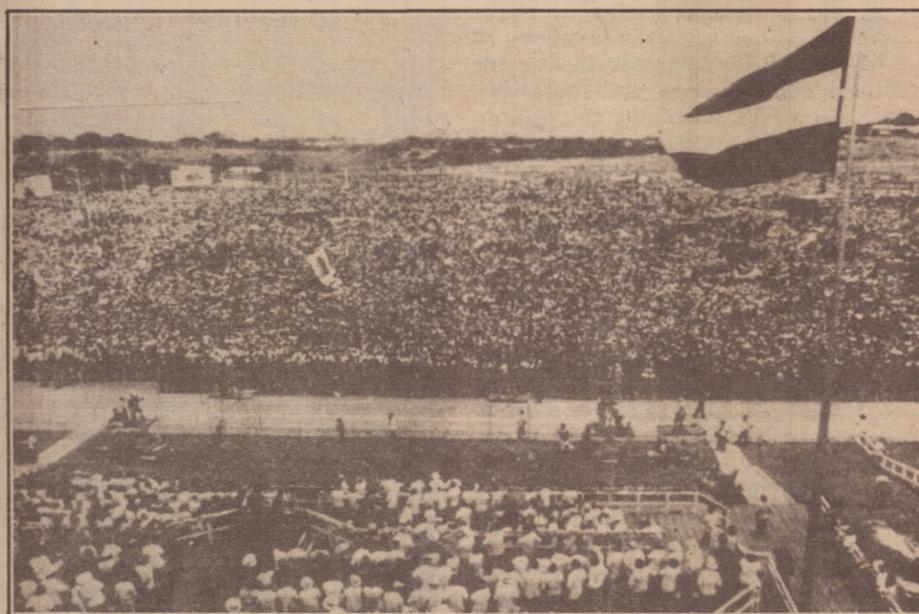
Esta alteração de qualidade no processo do PT não significa, no entanto, que está resolvida a questão: o PT não é ainda um Partido Revolucionário. Mas dispõe de condições propícias — em particular, agora, de novas condições de ordem subjetiva — para se colocar na ordem do dia a sua evolução para um partido revolucionário.

Uma primeira e decisiva consequência desta nova situação é que o PT passa a se sustentar numa maior coesão ideológica. E, ao mesmo tempo, passa a se defrontar com a necessidade de construir uma estratégia em relação ao poder e à instauração da transição socialista; passa, também, a ter de repensar a própria estrutura do partido à luz dos seus objetivos estratégicos. E mais difícil se torna separar a sua atuação concreta na conjuntura, os problemas de tática política, das questões do poder. É por isso que o debate e confronto de posições no interior do PT adquirem um sentido mais aprofundado, mais programático.

Assim, vivemos um movimento duplo: ao lado de uma maior afinidade ideológica e de objetivos geniais desenvolve-se uma maior disputa de posições



no processo de formação do programa do Partido. E neste quadro, a relação de todas as tendências com o Partido tendem a evoluir; e as que conseguirem sintonizar-se mais intimamente com este processo vivo mais condições terão de influenciá-lo.



As revoluções na América Central: exemplos decisivos

As decisões do V Encontro

Em 1986/1987 o PT reforçou sua definição socialista, e começou a adotar posições mais estratégicas. Aprovou resoluções sobre o socialismo, o movimento sindical, a política de alianças e o esboço estratégico que foi chamado de “Democrático e Popular”.

Apesar das posições políticas adotadas pelo partido terem um sentido geral correto, ainda não estão consolidadas, estão sujeitas a “interpretações” pela maioria da direção que as descharacterizam. Assim, continua a haver debates onde se expressam posições que indicam um rumo etapista ou até questionam a independência de classe.

Segundo a resolução do V Encontro, “a alternativa Democrática e Popular exige uma política de acúmulo de forças, que parte do reconhecimento de que não está colocada na ordem do dia, para as mais amplas massas de trabalhadores, nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo”. E mais ainda:

“Esta política de acúmulo de forças pressupõe que o PT realize três atividades centrais: sua organização como força política socialista, independente e de massas; a construção da CUT, através de um movimento sindical classista, de massas e combativo, e a organização do movimento popular independente; a ocupação dos espaços institucionais nas eleições, com a eleição de deputados, vereadores e representantes nossos para os cargos executivos”.

O peso que a resolução dá à ocupação dos espaços institucionais através das eleições ainda não está bem equacionado. Há uma enorme dificuldade em delinear uma ação política que compreenda o caráter subversivo que a presença de um partido operário nas instituições deve adquirir, bem como em conduzir os movimentos de massa

para objetivos políticos não institucionais.

A participação do PT nas instituições ainda não foi suficiente para a realização de um balanço político comum a todo o partido. Assim, por exemplo, a presença em executivos mu-



nicipais não resultou em acúmulo para o PT. A experiência de participação na Constituinte tem possibilitado um debate mais abrangente no sentido de definir uma atuação sintonizada com o movimento operário e popular, lutando por inserir no texto constitucional itens que favoreçam as lutas sociais, mas ao mesmo tempo negar legitimidade para o que as classes dominantes pretendem que seja o parâmetro estrito da nova ordem. Se o PT entende que o campo jurídico constitucional é também um terreno de luta de classes, precisa também entender, com toda a clareza que a sua própria história revela, que a conquista de direitos se dá pela luta social, no fortalecimento e politização do movimento operário e popular. É no enfrentamento do movimento de massas com a burguesia e seu Estado que os trabalhadores criam direitos, espaços democráticos e melhores condições para novas lutas se desenvolverem.

Uma tática de ocupação dos espaços institucionais só terá uma perspectiva revolucionária se umbilicalmente ligada ao fortalecimento do movimento de

como partido revolucionário

massas. As experiências de partidos operários que adquiriram enorme peso institucional é de acomodação e inclusive de promoverem o arrefecimento das lutas de massa. Não acreditamos tampouco que uma tática de acúmulo de forças dentro das instituições combinada com a formação de uma direção partidária subjetivamente comprometida com a revolução seja suficiente para superar uma possível crise positivamente. A experiência da Unidade Popular no Chile e o desfecho favorável para a contra revolução deve ser estudada e assimilada pelo partido.

A estrutura do PT

Construir o PT profundamente vinculado ao proletariado e aos setores populares significa também dar-lhe uma estrutura democrática e de base. Se as resoluções do V Encontro e a definição em curso de um novo Regimento Interno vão neste sentido, ainda está longe de ser a existente. A vida interna do PT ainda mantém uma contradição entre as normas da antiga lei orgânica dos partidos e suas regras próprias, que pretendem um partido militante e dirigente.

Outro aspecto deformador da estrutura partidária é a pressão do calendário eleitoral sobre o PT. Participamos das eleições em 82, 85, 86 e agora em 88. Teremos eleições em 89, 90 e 92. Ou seja, são seguidos os giros que o partido realiza para dedicar-se às eleições de seus candidatos. Esta dinâmica aliada à viabilidade eleitoral crescente cria um novo problema: a adesão de filiados descomprometidos com a construção partidária e de perfil nitidamente eleitoral.

A direção do PT

A superação da formulação atrasada que opunha partido de massas a partido de vanguarda não foi suficiente para gerar um projeto de construção de um partido de vanguarda e de massas. Para se chegar a isto, é necessária uma visão clara do partido que se quer, uma delimitação das forças centrais na construção do partido, a criação de mecanismos que transformem em ação política as definições tomadas, os instrumentos para uma centralização política democrática, à incorporação da

vanguarda social às estruturas partidárias, enfim uma estratégia de construção do partido e uma conjugação de forças partidárias capaz de efetivá-la a partir do estágio atual de construção do PT.

Um elemento que pesa contra este objetivo estratégico é a persistência até agora de uma concepção excludente por parte do setor majoritário da direção. Assim, não estão assimilados a idéia-chave de que setores revolucionários distintos devem convergir na for-

mação de um partido revolucionário e em especial na formação de sua direção, e a concepção de uma centralização política e organizativa com base na democracia e no direito de tendência como instrumentos básicos de construção, e não como uma concessão da maioria às minorias partidárias. E toda a trajetória do PT tem confirmado a importância da participação da DS e de outros setores que não integram a corrente majoritária em diversas decisões-chave para o partido, garantindo opções pela esquerda que foram conquistadas do PT.

O grande desafio a que está submetido o PT é continuar o seu crescimento como partido de massas, democrático e socialista e assumir claramente uma perspectiva revolucionária.

Hoje podemos apontar três questões decisivas que precisam ser superadas para o PT desobstaculizar a sua evolução para um partido revolucionário.

1. A clareza na definição do papel subordinado da luta institucional diante da luta de massas, e na questão correlata da necessidade de uma ruptura revolucionária e da destruição do estado burguês;

2. A organização de um partido militante, de combate, organizado no interior da classe operária e das camadas populares;

3. A formação de uma direção que unifique o conjunto dos setores revolucionários do partido, com um projeto de construção do PT como partido revolucionário, direção capaz, portanto, de organizar o enfrentamento das imensas tarefas que se impõem a partir destas definições.



... de unificação dos revolucionários

III CONGRESSO NACIONAL

Para onde vai a CUT ?

Atravessando todo um período marcado por uma dura luta interna, a CUT realiza seu III Congresso Nacional no momento em que a burguesia busca os meios de legitimar e consolidar a transição burguesa. Aqui, um balanço dos principais congressos estaduais realizados e um resumo das principais polêmicas e desafios colocados ante os delegados presentes ao III Concut.

Em risco a democracia da CUT



Uma das marcas fundamentais da CUT desde o último congresso nacional foi a constante luta interna entre suas principais correntes. Este problema, que já analisamos em outros momentos, foi um fator importante na paralisação da CUT quando necessitava dar respostas às ofensivas da burguesia. A partir de falsas polêmicas, com o objetivo central de se construir como bloco e atacar as correntes minoritárias, a articulação majoritária em vários momentos desviou o debate da central, criando empecilhos à construção de uma unidade eficaz contra as políticas da "Nova República".

Logo após o II CONCUR, começou a ser gestada a "teoria" dos três sindicalismos. Segundo esta "teoria", haveriam três setores no sindicalismo brasileiro, e a disputa entre eles seria uma tradição já consolidada. O crescimento da CUT objetivaria, entre outras coisas, a supressão do reformismo e do vanguardismo, com a consolidação do sindicalismo classista e de massas. O ponto alto deste debate foi a realização dos congressos estaduais da CUT em agosto do ano passado.

Contudo, como num passe de mágica, a discussão e a "teoria" dos três sindicalismos desaparece no alvorecer de 1988. Em seu lugar surge algo muito mais importante: a iniciativa de produzir uma profunda alteração na estrutura orgânica da CUT, a partir da formulação de uma nova organização estatutária, proposta pela maioria.

O que é o estatuto da tese 10?

Baseada em uma avaliação de que a CUT passou por um rápido processo de consolidação, de que hoje precisa se organizar enquanto direção de uma parcela significativa da classe trabalhadora e de que os estatutos atuais são um fator de impedimento desta transformação, a maioria apresentou uma proposta global de estatuto para a CUT. Mais do que isto: transformou este tema na discussão principal do congresso, em detrimento de garantir que a CUT consiga elaborar um plano de lutas para este próximo semestre.

O estatuto proposto pela tese 10 tem um eixo fundamental que deve ser analisado:

— retira das instâncias de base (sindicatos ou entidades sindicais de base e das CUTs regionais) o papel de eixo da construção da CUT, transferindo-o para as CUTs estaduais. Neste sentido, a participação dos sindicatos e das CUTs regionais se encerra nas CUTs estaduais e é a partir delas que se constrói a CUT Nacional. São os congressos estaduais que elegem delegados para o nacional, numa clara deformação do critério de representa-

ção direta da base nos congressos da CUT; é às CUTs estaduais que se destina praticamente a metade das contribuições financeiras dos sindicatos; os presidentes das CUTs estaduais têm assento direto na direção nacional etc. (apesar de que esta proposta não chegou a ser defendida no Congresso Estadual de SP, na verdade a proposta global caracterizava melhor a proposta que defendiam).

— ao mudar o eixo de construção da CUT, a proposta de estatuto da tese 10 verticaliza a central, faz com que as estruturas de ligação entre a base (entidades e a própria base de trabalhadores que seriam "representados" por oposições) e a CUT Nacional se dê via departamentos. Isto levará objetivamente a uma supervalorização destes, em detrimento das estruturas horizontais da CUT. A consequência será evidentemente o esvaziamento das CUTs regionais.

— ao mesmo tempo em que transforma as CUTs estaduais no elemento organizador da base (o que cria obstáculos muito grandes à efetiva participação dos trabalhadores neste processo), e que verticaliza a estrutura da central, os estatutos promovem um corte, separando o que está legalmente organizado no interior das estruturas definidas estatutariamente do restante do movimento. Ao justificar que isto se daria para acabar com um componente movimentista da CUT (o que levaria a obstruir um dos veios mais ricos de construção da CUT), a tese 10 transforma a CUT numa central minoritária e fechada, numa central que resolve o problema de auto-organização dos trabalhadores brasileiros pela via administrativa. Ao problema da baixa sindicalização respondem com a exclusão dos não sindicalizados; à existência de milhares de entidades controladas pelos pelegos ou atrasados, respondem com uma política de "oposições reconhecidas" que de fato significa o bloqueio da construção de oposições.

As críticas que têm sido feitas a esta proposta, muitas vezes não respondidas, representam um alerta importante: não se pode pretender uma modificação global do caráter da CUT sem que haja um esforço de convencimento e um debate aberto sobre o que se pretende. Esta não pode ser uma vitória baseada em acordos com o reformismo e com uma escassa e eventual maioria.

A necessária discussão em separado

Os defensores da tese 10 já afirmaram várias vezes que não abrem mão do encaminhamento em conjunto da discussão estatutária. Houve quem chegou ao cúmulo de dizer que o estatuto compõe uma proposta em conjunto com a análise de conjuntura e que, por isto, deveria ser votado ao mesmo tempo que ela.

Um estatuto deve representar uma forma permanente de organização e não atender a uma necessidade momentânea, dada por esta ou aquela conjuntura.

Interessa aos defensores da tese 10 fazer a votação em conjunto porque esta é a fórmula que melhor garante a aprovação de seus estatutos: não se abre um debate específico sobre o ponto em votação, e a crítica à proposta de estatuto se dilui na votação geral. Passa-se gato por lebre e o delegado que votou no texto de conjuntura, defendido por um grande dirigente, se verá excluído do próximo congresso por um estatuto do qual sequer tomou conhecimento.



PLANO DE LUTAS

Contra Sarney, a dívida e o arrocho

Um plano de luta para a CUT. Esta é uma das questões que tem preocupado intensamente parcelas importantes do movimento sindical brasileiro. As vésperas de seu III Congresso Nacional e frente à possibilidade de realização de um congresso que se esgote na esterilidade da luta interna, que a paralise neste momento crucial, é necessária uma ação que corrija decididamente a tendência geral que a maioria tem procurado dar aos debates.

Contudo, a resposta a esta questão não pode limitar-se ao simplismo de reconhecer que o movimento continua em ascenso e que, portanto, é só a direção não atrapalhar muito que tudo sai a contento. Na verdade, certas proposições muito se aproximam dessa posição.

Ascenso ou refluxo?

A discussão partindo desta indagação não leva a lugar algum. Não se trata de fazer uma discussão na qual o centro seja o número de grevistas e/ou a curva ascendente do número de greves.

A tese da "CUT pela base" reconhece claramente que, embora se mantenha uma clara disposição de luta que mobiliza novas parcelas de trabalhadores, há problemas objetivos que devem ser enfrentados, como:

— a necessidade de superarmos a dicotomia (falsa, sem sombra de dúvidas, mas presente na trajetória da CUT) entre a luta econômica e a luta política. Afirma a tese 6 que um dos problemas cruciais, em 1987, não foi a CUT ter vinculado a luta pelos objetivos mais imediatos dos trabalhadores com a luta pelas Diretas, ou com a intervenção na Constituinte. O problema foi ter feito esta vinculação sem vislumbrar com maior clareza o papel da luta democrática na luta mais geral enfrentada pelos trabalhadores.

Desta forma, é necessário compreender que a CUT tem um papel-chave neste momento, em que a "Nova República" buscará se legitimar frente à Nação a partir da nova ordem jurídica emanada da Constituição. A mecha de Sarney (ver página 2) é muito clara: os trabalhadores tiveram as suas conquistas e deverão fazer jus a elas, submetendo-se à ordem legal que está sendo aprovada.

Ao negar a ordem jurídica que sai da Constituinte, a CUT também chama os trabalhadores a se unirem con-

tra a política econômica do governo, que buscará se legitimar a partir desta Constituição. Temos afirmado — e os processos de luta confirmam isto — que esta política econômica é um impedimento objetivo à ampliação de conquistas econômicas pelo movimento sindical. Desta forma, a unificação das campanhas sindicais, a campanha do setor público e estatal, a luta contra a dívida externa e a mobilização em torno do 15 de outubro (próximo Dia Continental de Luta Contra a Dívida Externa), a aprovação de um calendário de lutas que tenha a CUT como motor deste conjunto de mobilizações, que busque a unidade (sem subordinação) com outros setores do movimento sindical. Estas lutas se inserem em um plano mais geral que tenha por objetivo a derrubada da política econômica do governo. Neste sentido, a construção de processos de luta que venham a colocar futuramente a possibilidade da greve geral deve ser buscada, permitindo acúmulos políticos e conquistas econômicas para os trabalhadores.

Organizar a partir da luta

A CUT deverá ter como eixo de sua construção, enquanto central, a necessidade de avançar no processo de organização dos trabalhadores. Algumas medidas e campanhas apontadas na tese 6 são fundamentais:

— a luta para que a CUT seja legalmente reconhecida como organização sindical, assegurando aos seus dirigentes o estatuto de dirigentes sindicais, garantindo, assim, as conquistas já efetivadas no sentido de estabilização etc;

— a campanha nacional de sindicalização, que efetivamente consiga ampliar o nível de consciência e a força dos sindicatos;

— a campanha nacional contra o imposto sindical, ligada a uma política nacional de auto-sustentação financeira, garantindo mecanismos concretos para liquidar a estrutura sindical oficialista.

Todas estas medidas deverão estar intimamente ligadas às lutas e mobilizações, pois é no bojo delas que os trabalhadores reconhecerão a necessidade de se unirem e se organizarem para enfrentar os patrões, o governo Sarney e a sua política econômica de subordinação ao FMI.

CONGRESSOS ESTADUAIS

Uma dinâmica de luta interna

No processo final de preparação do Congresso Nacional da CUT — em Belo Horizonte entre 4 e 10 de setembro corrente — os Congressos Estaduais tiveram grande importância. Em agosto fizeram seus congressos estaduais as CUTs de Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Uma análise cuidadosa desses congressos apresenta pontos em comum e que permitem uma melhor avaliação do que poderá ser feito neste III CONCUR.

Quatro Congressos

No Congresso de Goiás apresentaram-se duas chapas: uma articulada em torno do PT, compondo o fundamental das correntes petistas que atuam no Estado e que obteve cerca de 2/3 dos votos; a outra chapa, composta por apoiadores das teses "Unir a cidade e o campo" (tese 8) e "Uma CUT classista e pela base" (tese 3), que obteve 1/3 dos votos. O congresso foi marcado por um clima de acirramento e provocação (particularmente por parte do setor minoritário) com a ocorrência inclusive de agressões físicas.

O congresso de São Paulo foi o maior já realizado no estado e teve como uma novidade a participação de setores que antes eram bastante refratários à construção da CUT (principalmente alguns setores sindicais onde pesa a influência do reformismo) aliados ao setor majoritário, representado pela tese 10. O centro do congresso foi a discussão estatutária, com a maioria introduzindo o inaceitável mecanismo do decurso de prazo: as propostas de modificação à tese guia que não forem votadas serão rejeitadas automaticamente, numa manifestação perigosa de desrespeito à democracia e que pode comprometer (caso aplicada no CONCUR) a legitimidade das decisões tomadas, principalmente na parte estatutária.

Em São Paulo apresentaram-se três chapas: a maioria obteve pouco menos de 57% dos votos (representando um decréscimo em relação aos congressos anteriores); a chapa da "CUT pela base" (tese 6) obteve pouco menos de 32% dos votos e a chapa formada por "Democracia e Luta" (tese 9) e "O Trabalho" obteve cerca de 11% dos votos.

O congresso do Rio de Janeiro não se chegou a discutir o ponto de estatutos em plenário. Apesar disto, nos grupos houve uma clara rejeição às propostas de alteração global encaminhadas pelos defensores da tese 10. Disputaram a direção cinco chapas: a chapa majoritária (tese 10) obteve cerca de 37% dos votos, a chapa formada pelas correntes "Força Socialista" e "Reconstrução" que não se expressam no Congresso Nacional em nenhuma tese específica obtiveram cerca de 18% dos votos, a "CUT pela base" obteve pouco menos de 16% dos votos (um crescimento muito significativo, pois a "CUT pela base" passa a ser isoladamente a segunda articulação sindical no estado); a chapa "Unir a cidade e o campo" (tese 8) obteve quase 15% dos votos e, em último lugar, a chapa "Democracia e Luta" (tese 9) com também quase 15% dos votos.

O Congresso de Pernambuco, realizado no final de semana de 27/28 de agosto também não chegou a fazer



a discussão do ponto de estatutos. Apresentaram-se quatro chapas: a chapa majoritária — representada pela tese 10 — obteve cerca de 41% dos votos; em segundo ficou uma chapa formada pela aliança entre "Democracia e luta", defensores da tese "Uma CUT classista e pela base" (tese 3) e apoiada pela tese 8 que obteve cerca de 34% dos votos; em terceiro ficou a "CUT pela base" com cerca de 13% dos votos, e em quarto uma chapa formada pela aliança entre sindicalistas do PCB e sindicalistas que antes apoiavam a tese 3, que obteve perto de 12% dos votos.

Um balanço

Um balanço rápido destes congressos mostra algumas características importantes e que lhes são comuns: — O processo preparatório ao congresso nacional adquiriu uma dinâmica nacional, sendo que na maioria dos congressos expressam-se articulações que se referenciam nas teses nacionais. Isto é importante porque desloca os congressos preparatórios das dinâmicas puramente locais.

— Retoma-se, em grande medida por responsabilidade da articulação que se reúne em torno da tese 10, a lógica da luta interna como motor fundamental dos debates preparatórios ao congresso nacional. No congresso estadual de São Paulo, onde é a força majoritária e onde estão seus principais dirigentes, esta articulação principalizou a discussão estatutária, repetindo novamente o ocorrido no ano passado, quando a CUT estadual discutia os três famosos sindicalismos (que este ano desapareceram) às vésperas da greve geral de 20 de agosto. Ao não aceitar encaminhamentos que democratizem e politizem o debate estatutário, a articulação que apoia a tese 10 poderá criar obstáculos objetivos a que o III CONCUR arme a CUT para enfrentar os desafios da conjuntura.

— Junto a uma maior definição de articulações com um perfil mais claro a nível nacional, há um significativo crescimento da articulação "CUT pela base". O processo de maior definição que ocorreu nesta articulação no período entre os dois congressos nacionais, que analisamos em artigos anteriores no *Em Tempo*, serviu para aumentar a confiança de vários sindicalistas neste projeto. Hoje, a "CUT pela base" não se apresenta simplesmente como uma oposição à maioria, mas como uma articulação que se capacita a participar efetivamente da construção e direção da CUT.

CONGRESSO NACIONAL DA CUT

As dificuldades de unificar o PT

Às debilidades históricas de construção da intervenção sindical do partido soma-se uma política deliberada de acirrar as divergências entre os petistas

O processo de preparação do Congresso Nacional da CUT revelou algumas das principais dificuldades enfrentadas na construção do PT enquanto partido dirigente, capaz de organizar os milhares de dirigentes e ativistas do movimento sindical que a ele se vinculam.

Fragmentado em várias articulações que disputam acirradamente posições políticas e a direção dos organismos da Central, desarmado para articular o Congresso Nacional da CUT com a intervenção política mais geral do partido, o PT não conseguiu dar passos significativos na construção de sua fração sindical no último período.

É verdade que algumas iniciativas positivas foram tomadas pela Secretaria Sindical Nacional. A publicação de uma edição especial do Boletim Nacional do PT apresentando um resumo das diferentes visões presentes entre os petistas, reuniões da Secretaria Sindical para o debate das várias teses e, finalmente, a reunião entre dirigentes sindicais petistas, membros da Executiva Nacional e o coletivo da Secretaria Sindical Nacional, poderiam ter contribuído para que os petistas chegassem ao III CONCUR com encaminhamentos comuns e para que não dispensassem o essencial de suas forças na luta interna da CUT.

Contudo, por várias razões isto não ocorreu.

Prioridade para a luta interna

Desde o Congresso da CUT de 1986 a central vive um processo de luta interna muito intenso (ver matéria página 6 e 7). E esta luta se deu fundamentalmente entre petistas, que disputaram não somente qual a "concepção e prática sindical" que a CUT deve adotar mas também estiveram em lados opostos em eleições sindicais muito importantes. Para lembrar apenas as duas eleições sindicais mais disputadas desde o II Congresso da CUT, metalúrgicos e químicos de São Paulo, nelas os petistas estiveram em chapas distintas, acumulando um enorme desgaste para a CUT e para o PT no movimento sindical.

Mas o mais grave de todo este período é que o que antes era desorganização, ausência de política unificada do partido, passa agora a ser fruto de uma política deliberada de alguns setores partidários de disputarem diretamente no movimento de massas suas posições, quando minoritárias dentro do partido, privilegiando claramente a construção de sua fração em detrimento da construção do conjunto do partido, do esforço de unificação do PT.

A última tentativa

No dia 27 de agosto houve a última reunião da Secretaria Sindical Nacio-

nal do PT antes do Congresso da CUT, com o objetivo de fazer uma discussão mais ampla dos petistas no movimento sindical sobre as polêmicas presentes no III CONCUR.

A discussão concentrou-se no que é a maior polêmica deste congresso: — as propostas de mudanças estatutárias propostas pela tese 10, que agrupa, entre outros, os petistas identificados com a "Articulação", tendência majoritária no PT a nível nacional.

Apesar de continuarem a se manifestar as divergências já conhecidas sobre o tema em debate, o fato novo na reunião foi a proposta apresentada pelo Secretário Sindical Nacional do PT, Luis Gushiken, que visava estabelecer um acordo entre as várias articulações petistas no sentido de definir um encaminhamento comum no CONCUR para esta discussão. Por esta proposta a discussão estatutária seria feita a partir de alguns pontos fundamentais (em torno de 15) e não seria votado inicialmente o texto base. Só depois de deliberados os vários aspectos fundamentais é que se passaria à discussão de um texto, a partir do qual estas modificações seriam implementadas. Apesar de não corresponder à proposta de encaminhamento da "CUT pela Base", que defendia a discussão global, em separado, dos estatutos, esta articulação aceitou a proposta de encaminhamento. Entretanto, ela não foi aceita pela



"Articulação", o que inviabilizou o acordo.

A esta demonstração de intransigência soma-se a dificuldade em conceber a possibilidade de se chegar a um encaminhamento que não seja o procedimento que garante à "Articulação" melhores condições de passar sua posição sobre modificação dos estatutos.

EM TEMPO:

**A
Constituinte
na hora
da
decisão**

O PT cerca fileiras das
conquistas do 1º turno e
discute qual a posição que
deve tomar diante da nova
Carta.

Págs. 234 e 5



**A XIX Conferência
do PCUS
e a tradição
de outubro**

(págs. 6, 7 e 8)

EM TEMPO:

*Construindo o PT como
partido revolucionário*

Quero assinar o EM TEMPO e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Apoio: Cz\$ 2.500,00 () Normal: Cz\$ 1.500,00

Nome:

Endereço:

CEP Cidade Estado

Recorte e envie juntamente com cheque nominal à Editora Aparte Ltda — Rua Francisco Leitão, 57 — Cep 05414 — São Paulo — SP

O Solidariedade na Polônia, os revolucionários centro-americanos: nas grandes lutas da última década, a confirmação da necessidade de uma organização internacional dos revolucionários.



Os 50 anos da IV Internacional

Entre os delegados fundadores da IV Internacional, havia um brasileiro, Mário Pedrosa, que depois seria também fundador do PT. Os militantes da tendência Democracia Socialista do PT atualizam este símbolo, construindo o PT e lutando por uma Internacional Revolucionária de massas.

Há 50 anos, em setembro de 1938, realizou-se a Conferência de Fundação da IV Internacional. Reuniu-se em Paris um punhado de delegados representando uns poucos milhares de militantes, que constituíam a continuidade da Oposição de Esquerda formada no interior da III Internacional (Internacional Comunista) para se contrapor ao processo de degeneração burocrática que esta vinha sofrendo com o avanço do stalinismo.

Naquele momento sombrio do nosso século, quando o nazi-fascismo avançava na Europa e no mundo, de um lado, e quando de outro lado a URSS vivia a hora trágica da perseguição em massa aos melhores militantes comunistas, os que não se haviam dobrado ao stalinismo (era a hora dos tristemente famosos "processos de Moscou", hoje apontados na própria URSS como uma farsa criminoso), não eram muitos os que se dispunham a empreender a tarefa gigantesca de construir uma nova Internacional e novos partidos revolucionários. A que havia sido até poucos anos antes a maior seção da Oposição de Esquerda — a seção soviética — estava reduzida a um punhado de sobreviventes nos campos de extermínio de Stalin e a uns poucos mais dispersos pelo país; no momento da fundação da IV Internacional, a maior seção era a norte-americana, com 2500 militantes estimados.

Mas a IV Internacional, pequena numericamente, reunia um grupo extremamente expressivo de fundadores da III Internacional e do movimento comunista em seus respectivos países, a

começar pelo seu principal inspirador, Leon Trotsky, o segundo principal dirigente da mais importante revolução do nosso século, da primeira revolução proletária vitoriosa. No Brasil havia um pequeno grupo de 50 militantes, mas com muitos revolucionários destacados, inclusive com um deles, Mário Pedrosa, participando da Conferência como delegado. Mário Pedrosa, aliás, encerraria sua vida de revolucionário como o filiado número um do Partido dos Trabalhadores.

A continuidade da Internacional Comunista

Para este conjunto de companheiros, a tarefa de construir uma nova Internacional Comunista, de regenerar o movimento operário comprometido pela socialdemocracia e pelo stalinismo, era absolutamente necessária. Era necessário dar uma forma organizativa e uma bandeira à continuidade dos anos revolucionários da III Internacional (antes da morte de Lênin), para que naqueles anos de refluxo não se perdesse pelo menos o programa, a experiência acumulada, o vínculo militante entre os quadros que continuavam a luta, para que não houvesse a dispersão que poderia ser provocada pela guerra que se avizinhava.

A fundação da IV Internacional, apesar de todas as dificuldades da época, mostrou-se acertada. A maioria dos grupos e pequenos partidos à esquerda da socialdemocracia e do stalinismo dispersou-se durante a guerra, enquanto que a IV Internacional se manteve. Contudo, as décadas seguintes seriam muito mais difíceis para a jovem orga-

nização do que esperavam seus fundadores. Já representou um golpe irreparável o assassinato em 1940 de Leon Trotsky, por um agente de Stalin.

Mas o que trouxe mais dificuldades foi que o ascenso revolucionário que se esperava com o fim da guerra efetivamente ocorreu, mas muito menos forte do que o que se seguira à I Guerra Mundial, e cujo fruto mais importante fora a Revolução Russa. Nos países capitalistas centrais, a socialdemocracia e os PCs stalinizados conseguiram conter o ascenso. Assim, só houve revoluções vitoriosas em países capitalistas periféricos, e dirigidas por partidos formados no interior da III Internacional, mas que justamente por sua situação de partidos de países menos centrais tinham podido manter um grau importante de autonomia, não sofrendo o processo de degeneração stalinista, e mantendo portanto seu caráter revolucionário.

Um ascenso limitado no pós-guerra

Mas revoluções em países capitalistas periféricos (mesmo tão importantes como a China, além de Iugoslávia, Albânia, Coreia, Vietnã) e dirigidas por partidos marcados ainda que de forma limitada pelo stalinismo não deram o impulso suficiente para resolver a crise da direção revolucionária em escala mundial. Nos primeiros anos do pós-guerra, o stalinismo chegou a sua força máxima. Depois, apesar de sua crise ter-se iniciado já no final dos anos 40 com a ruptura entre Tito (o dirigente Iugoslavo) e Stalin, ela não conduziria

de forma nenhuma à sua rápida superação. Essa longa crise tem tido desdobramentos até hoje, com a chegada de Mikhail Gorbachov ao cargo de Secretário Geral do PCUS, e obviamente ainda há muito de stalinismo na URSS e nos PCs ligados a ela.

Por outro lado, o pós-guerra assistiria, nas décadas de 50 e 60, a um período de extraordinário crescimento da economia capitalista — que também reduziu o espaço dos revolucionários, particularmente nos países capitalistas centrais, que tinham um movimento operário muito mais controlado.

Anos de grandes esperanças

Com a revolução cubana, em 1959, com o fortalecimento da esquerda no final dos anos 60 (alimentada por vitórias revolucionárias como a cubana, pelo brilhante exemplo de "Che" Guevara, pelas vitórias no Vietnã), o quadro começaria a mudar, a se tornar mais favorável. Até a primeira metade dos anos 70, a esquerda revolucionária em geral, e não apenas a IV Internacional, cresceriam bastante.

Foram anos de grandes esperanças. Mas com excessão da vitória da revolução no sudeste asiático (Vietnã, Camboja, Laos), e do avanço da revolução anticolonial na África, as maiores expectativas são seguidas por derrotas: no Chile em 1973 (e os primeiros anos da década de 70 são de dizimação da esquerda revolucionária em muitos países latino-americanos), em Portugal em 1975. Na Europa capitalista, o grande crescimento da esquerda revolucionária no final dos anos 60, a greve



Detalhe do mural de Diego Rivera
"El hombre, controlador del universo".
Palácio de Belas Artes, México - DF.

geral na França em 1968, o ascenso italiano em 1969 não seriam suficientes para colocar a possibilidade de vitória da revolução socialista, além de Portugal; mesmo a transição pós-franquista na Espanha, que despertou enormes esperanças, pôde ser realizada sob um relativo controle da burguesia. Assim, o aprofundamento da crise capitalista a partir da segunda metade dos anos 70 vai ser marcado muito mais por lutas defensivas dos trabalhadores contra as tentativas da burguesia de jogar sobre eles os custos da crise do que por desafios revolucionários.

Nicarágua... mas também Camboja e Afeganistão

1979 foi o ano da vitória da revolução sandinista. Mas foi também um ano marcado pela ocupação do Camboja por tropas do Vietnã, e de conflitos armados entre a China e o Vietnã. Este processo de colocação a nu das contradições do chamado "campo socialista", os problemas de países como o Camboja, a invasão do Afeganistão pela URSS, ampliariam muito a confusão provocada na esquerda por episódios como a invasão da Tchecoslováquia em 1968 e o conflito China-URSS. Tudo isto fez um contraponto negativo à renovação da confiança na revolução representada pela vitória na Nicarágua, e explica a crise enfrentada por grande parte da esquerda revolucionária.

A IV Internacional, em todas estas décadas de avanços e recuos da luta de classes, pôde ter um crescimento qualitativo, e conseguiu uma implantação real na luta de classes em muitos países, embora sem chegar a adquirir influência de massas. Enfrentou divisões; muitos setores a deixaram e adotaram perspectivas sectárias, outros se diluíram ou abandonaram a perspectiva militante.

A atualidade do Programa de Transição

Mas hoje a necessidade da luta pela construção de uma Internacional Revolucionária, e a correção do programa sobre o qual a IV Internacional se fundou, são plenamente confirmadas. É cada vez mais evidente o caráter internacional da luta de classes, a impossibilidade de completar a construção do socialismo em um país isolado. Todas as revoluções vitoriosas que ocorreram em países atrasados, voltando-se inicialmente para tarefas democráticas ou de libertação nacional (como a chinesa, vietnamita, a cubana, a nicaraguense) tiveram que iniciar a construção do socialismo sem se estabilizar em uma "etapa democrática", o que confirma a teoria da revolução permanen-

te. Para traçarmos uma estratégia e uma tática revolucionárias, a compreensão de que temos de superar a divisão entre programa mínimo e programa máximo é adotarmos o método de um programa de transição tem mostrado sua utilidade.

Mas talvez a confirmação mais expressiva da atualidade da fundação da IV Internacional e do seu programa venha hoje da URSS. Gorbachov hoje expõe totalmente o fracasso do modelo stalinista, além dos crimes que cometeu na sua história. Ao mesmo tempo, aponta um caminho cheio de incoerências (como uma confiança mais do que excessiva nos mecanismos de mercado, como a idéia de que é possível chegar a um acordo global com o imperialismo que elimine as áreas de tensão no Oriente Médio, na América Central, na África austral, entre outras). A renovação da tradição revolucionária dos primeiros anos da revolução, a superação radical do stalinismo, são mais do que nunca necessárias para encontrarmos um caminho coerente.

A recomposição do movimento operário

Hoje existem, em diversas partes do mundo, correntes classistas ou revolucionárias que fazem a luta dos trabalhadores avançar: os sandinistas na Nicaraguá, a FMLN em El Salvador, outras correntes na América Central, os setores que constroem nas duríssimas condições da África do Sul um sindicalismo independente e classista, setores que constroem na Polônia o sindicato Solidariedade, setores da esquerda filipina, etc. A luta pela construção de uma Internacional Revolucionária capaz de ser o centro de gravidade da revolução mundial só pode ser entendida como a luta para unificar o conjunto destas correntes, e não como a luta por ampliar simplesmente a IV Internacional. Nossa perspectiva só pode ser de lutar por uma recomposição do movimento operário a nível internacional, pela unificação dos setores revolucionários, e não pela extensão apenas da IV Internacional.

Mas dentro deste processo, a IV Internacional tem um papel imprescindível, como único setor que tem hoje uma visão de conjunto da revolução mundial, que mantém uma clara continuidade com as concepções programáticas da III Internacional nos seus primeiros anos, com a luta antiburocrática da Oposição de Esquerda. A experiência militante em todos os setores da revolução mundial, o confronto das análises entre militantes de vários países são imprescindíveis.

Há excelentes lutadores no Solidariedade polonês, extremamente comprometidos com a defesa dos interesses

dos trabalhadores, que não compreendem a importância da luta anti-imperialista. Inversamente, há revolucionários centro-americanos que não compreendem a importância da luta antiburocrática, na Polônia ou na URSS. Estas limitações são fruto do isolamento nacional ou de uma perspectiva revolucionária limitada a um setor da luta de classes mundial. É claro que a IV Internacional pode contribuir para superar estas limitações.

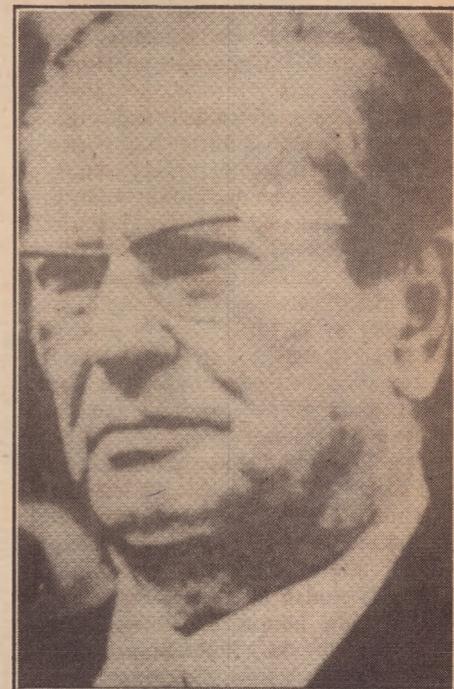
O PT e a Internacional

Dentro da recomposição do movimento operário e popular a nível internacional, o PT tem um lugar especial e destacado. Nosso partido é um dos partidos classistas que mais avançaram no sentido de ganhar influência de massas e simultaneamente se constituir como partido revolucionário, embora tenha ainda limitações importantes. Além disso, o PT formou-se desde o início como um unificador de diversas correntes revolucionárias. Pela sua experiência antiburocrática (adquirida na luta contra o sindicalismo atrelado), pela sua composição, o PT pode além disso combinar a compreensão da necessidade da independência de classe, da democracia operária, da luta antiimperialista, da solidariedade tanto com os revolucionários da América Central quanto com o Solidariedade polonês (embora quanto a esta última questão haja muita polêmica no partido). Não há muitos partidos com a importância do PT que tenham esta compreensão hoje no mundo.

Por estas qualidades, e ainda por contar com uma parcela significativa de seus militantes identificada com as idéias da IV Internacional, o PT está chamado a ser um dos eixos da construção de uma Internacional Revolucionária de massas. Naturalmente, esta não é ainda uma discussão amadurecida, e certamente não há hoje acordo quanto a isto. Mas esta questão deve ser defendida desde já, e poderá vir a ser adotada pelo conjunto do partido.

É por termos este entendimento que a tendência Democracia Socialista, que agrupa os militantes do PT identificados com as posições da IV Internacional (Secretariado Unificado), está sendo perfeitamente coerente quando combina a construção do PT como partido revolucionário, estratégico, com a luta pela construção de uma Internacional (que se expressa hoje no reforço ao internacionalismo do PT e na defesa no interior do partido das posições gerais da IV Internacional). Desta forma estamos dando atualidade ao símbolo muito expressivo representado por Mário Pedrosa, fundador da IV Internacional e do PT: somos construtores do PT e da IV Internacional.

X — A



Em vésperas da IIª Guerra Mundial, o Reino da Iugoslávia experimentava profunda e complexa crise social e política que atingiu seu ponto culminante com o ataque das potências do Eixo. As raízes dessa crise eram numerosas. Suas fontes principais e básicas se encontravam na difícil situação do povo, no problema das nacionalidades pendente de solução e na decisão dos círculos governantes em manter o poder pela força e o terror", assim analisavam a situação Iugoslava pré-guerra Ahmet Doulagić e outros, no livro "Yugoslávia em la Segunda Guerra Mundial".

Quatro quintos da população viviam no campo, caracterizado por extrema concentração fundiária: sete mil grandes proprietários mantinham em suas mãos 1.022.000 hectares, ao mesmo tempo que 570.000 famílias (33,8% das famílias rurais), cujas propriedades eram inferiores a dois ha, tinham apenas 693.000 ha. Dois terços das famílias rurais viviam privadas dos recursos elementares de existência.

Dos principais setores industriais, 90% estavam sob o domínio estrangeiro, aproveitando-se da mão-de-obra barata e de uma classe governante venal. O Reino da Iugoslávia, criado em 1929, reprimia violentamente os trabalhadores.

Um pouco de história

Em abril de 1919 o partido socialdemocrata e os núcleos comunistas se unificam, constituindo o Partido Operário Socialista que, em 1920, adotará o nome de Partido Comunista. Em dezembro, o PC e os sindicatos são proibidos e perseguidos. O PC acabara de alcançar uma importante vitória política nas eleições, tornando-se um dos mais poderosos partidos comunistas da Eu-

revolução iugoslava

Os comunistas iugoslavos combinaram a resistência antinazista com a reforma agrária e a revolução socialista

ropa (59 membros no Parlamento, majoritário nas grandes cidades e centros industriais)

Em 6 de janeiro de 1929, o Rei Alexandre instaura uma ditadura: a Assembléia Nacional é dissolvida, a Constituição abolida, os sindicatos e as organizações religiosas fechadas. Esse cenário é agravado pela crise econômica mundial do capitalismo. Os ministérios se sucedem. O PC vive um desvio ultra-esquerdista. Adota a linha insurrecional, que era a linha da I.C. — no chamado “terceiro período” — sem condições objetivas para isso. O PC é totalmente desagregado. O CC funciona em Viena. Josef Broz (Tito), entre muitos outros, é preso e condenado a trabalhos forçados.

Em 1934 o rei é assassinado. Abre-se uma nova etapa de luta. Para as eleições que se seguiram, a maioria do CC defende a apresentação de candidatos independentes sob a legenda de “partido operário”. O Komintern intervém impondo apoio aos candidatos burgueses. Em 1937, a antiga direção é totalmente substituída, exceto Tito, e se procede à expulsão de todas as oposições internas. Contra o ascenso do fascismo, o PC chama a formação de uma frente popular, que não se concretiza porque os partidos burgueses não a aceitam.

Nova conjuntura

Em agosto de 1939, é assinado o pacto Hitler-Stalin de não agressão entre a Alemanha e a URSS. Mundialmente vivia-se uma conjuntura de derrotas do movimento revolucionário: estalinismo “triumfante” na URSS e na I.C., assassinato de praticamente toda a antiga direção bolchevique, derrota da Revolução Espanhola, governos fascistas (Alemanha, Itália entre outros) e um forte crescimento, em inúmeros países, de movimentos direitistas e conservadores. Esse pacto foi “explicado” como necessidade lógica para a defesa do Estado Operário e como tal defendido pelos PCs. Os críticos dessa “tática” eram acusados das piores coisas. O comportamento do PC Iugoslavo foi semelhante ao dos outros partidos estalinizados. Posteriormente Tito admitiu: “Ignorávamos na altura as cláusulas secretas que encorajavam a ingerência dos soviéticos na política das outras nações, dos pequenos países em particular”.

Começa a resistência

Quando, em 1941, os exércitos imperialistas da Alemanha e Itália invadem a Iugoslávia, toda a crise social e política desse país explode. O Estado Iugoslavo é desmembrado. As classes dominantes se de-

monstram incapazes de defender o país. O PC vive uma enorme confusão interna: o invasor tem um pacto de não agressão com a URSS. Os comunistas iugoslavos, a despeito da linha oficial do Partido, participam das manifestações contra o nazismo e contra o “acordo” entre Hitler e o “governo iugoslavo”. Hitler censura o “seu aliado” do Kremlin pela difusão de folhetos iugoslavos contra esse pacto.

Sob o peso dessa situação, em maio, na reunião do CC do PCI, “Tito estabelece aí uma nova tese: a da possibilidade de uma tomada direta do poder pelos comunistas, com a rejeição da necessidade, para a revolução, de passar por duas fases, uma fase democrático-burguesa e uma fase proletária, como tinha sido a posição do partido até então, seguindo as decisões do Komintern”, como diz Djilas, em **Memoir of a Revolutionary**.

Hitler e Stalin partilham a Polónia. A dupla invasão foi o estopim da IIª Guerra Mundial. Stalin anexa os países bálticos. Hitler engole a Áustria e invade a Iugoslávia em 1941. E em 22 de junho desse mesmo ano invade a URSS. A guerra mundial adquire toda a sua dimensão. Este é o balanço do pacto Hitler-Stalin.

Estratégias

O CC do PC Iugoslavo, em fins de agosto, decide organizar a luta armada contra a agressão nazi-fascista e logo depois a primeira brigada proletária de choque, enquanto Stalin queria a unificação, sob o comando das tropas realistas para combater o agressor.

Os comunistas iugoslavos viam a combinação da luta pela libertação nacional com a luta pela revolução. Criaram o “conselho antifascista de libertação nacional” (AVNOJ) e convocaram uma conferência de delegados de todas as regiões do país para eleger o AVNOJ, que era um tipo de parlamento clandestino. O seu comitê executivo tinha funções de governo.

“Na medida”, diz Fernando Claudin, em **A crise do Movimento Comunista**, “em que se ia libertando o território, instaurava-se o poder do povo, baseado em órgãos criados com a participação direta das massas e dos combatentes. A característica central desta orientação revolucionária não era tanto o traço avançado do programa — de conteúdo até moderado —, mas a transição ao socialismo: sua meta mais imediata era a revolução agrária, que efetuava no próprio processo da guerra — como a construção deste novo poder popular”.

A unidade era buscada “com todos os que estivessem claramente de acordo com o programa e o método de concretizá-lo. Excluía, com isso, todos os que estavam a favor de restaurar a monarquia ou instaurar um regime burguês parlamentar.”

Os Comitês populares de libertação, o AVNOJ, o reagrupamento dos destacamentos de “partisans” em batalhões de grande capacidade operacional, o fato do Estado-Maior do Exército de Libertação e o CC do PCI serem idênticos, as definições formuladas por Tito em maio de 41, base da estratégia mais geral, expressavam uma orientação política e militar, diferente da de Stalin. Os “partisans” iugoslavos tiveram que lutar durante mais de vinte meses com armas tomadas do inimigo, pois não tiveram ajuda nenhuma. Apesar disso, em janeiro de 42, o exército de libertação já contava com cerca de 150.000 combatentes agrupados em dois corpos de nove divisões (no total, 36 brigadas e 7 batalhões), como afirma Ahmet Doulagic, na obra já citada.

Os aliados do Rei

Draja Mikhailovitch, chefe das tropas reais, não queria nenhuma relação com as forças revolucionárias. O seu interesse maior era, na verdade, subordiná-las, conter o processo, salvar a monarquia. “Com o aprofundamento do processo revolucionário”, diz Fernando Claudin, “as tropas do reino passaram, cada vez mais claramente, a atuar de comum acordo com as tropas fascistas, perdendo a confiança do povo, perdendo bases sociais. A luta contra a ocupação passava, assim, cada vez mais a ser hegemônica pelas Forças de libertação”.

Apesar dessa realidade inegável, Stalin, não deixa de pressionar os comunistas iugoslávios. Em 1943, em uma Conferência em Moscou, entre Molotov e os ministros das relações exteriores aliados (Inglaterra e Estados Unidos), é definido o “futuro” da Iugoslava, a qual “não estaria dentro da zona de influência da URSS”; reconheciam o exilado rei Pedro, como o único representante legal do país. A contradição com o processo vivo de luta no país era brutal. “Como se soube posteriormente através dos arquivos do governo real, transferidos para Belgrado depois da guerra” — relata ainda Fernando Claudin — no mesmo período em que negavam armas e munições ao exército de libertação, os chefes soviéticos ofereciam ajuda material aos tchetniks e o envio de uma missão militar ao quartel-general de Mikhailovitch”.

A direção do PCI, expressando sua divergência com a orientação de Moscou, informa a essa conferência que não reconhece o rei e nem o

governo no exílio; diz que não permitira que retornem à Iugoslávia e declara que o único poder legal é o dos Comitês populares de libertação, dirigidos pelo AVNOJ. A resposta de Moscou é rápida e direta: Stalin “está extremamente descontente. Diz que isso é um golpe dado pelas costas da União Soviética e uma manobra contra a conferência de Teerã”.

O processo iugoslavo real, levou a uma situação nova e de enormes potencialidades revolucionárias. “O que no início era a luta de resistência de alguns milhares de comunistas tornou-se, após anos de combates heróicos contra o mais poderoso exército do mundo”, como diz Ernest Mandel no artigo “Tito e a Revolução Iugoslava”, “uma insurreição de mais de trezentos mil resistentes. O conjunto das massas laboriosas esteve nela implicada. Apesar da manipulação burocrática incontestável e do uso demagógico de um nacionalismo vazio, o caráter de classe dessa guerra de libertação surgiu cada vez mais claro.

Um último compromisso

Em 1945, às portas do final da guerra, crescem as pressões de Stalin e dos aliados anglo-americanos, para submeter Tito e os seus companheiros às “necessidades imperiosas” de aliança com os representantes do Rei. Mikhailovitch é substituído. Firma-se um pacto com a perspectiva de um governo de coalisão. Tito assina, mas mantém o exército de 800.000 “partisans” e todos os órgãos de duplo poder que controla. Ficou para mais tarde a definição do regime. Os combatentes iugoslavos indignam-se com as pressões do pacto, de um lado, e do outro os setores mais reacionários da burguesia, muitos deles exilados na Inglaterra, pressionam contra o acordo e defendem a intervenção das tropas inglesas e americanas para derrotar o processo revolucionário.

Foi imposto aos combatentes um governo misto, com a presença de ministros burgueses, mas em outubro, após um referendo sobre a questão da monarquia, esses ministros não tiveram outro caminho que a demissão. Diz Mandel que “o que subsistia do Estado burguês foi varrido. A propriedade capitalista foi rapidamente eliminada. A revolução socialista triunfou na Iugoslávia. Um Estado operário, burocraticamente deformado desde a sua origem foi erguido nesse país”.

Apesar de todas as contradições com as orientações de Stalin, o PC Iugoslavo manteve uma estrutura burocrática, ausência de democracia socialista, monolitismo, gestão autoritária etc.

Incorporar à luta dos trabalhadores a luta das mulheres

IMPRESSO

A onda de radicalização do movimento de mulheres a nível internacional, a partir dos anos 60, com um conteúdo feminista claro, traz à tona novos desafios para o movimento dos trabalhadores. O feminismo, ao incorporar à luta política questões que até então não faziam parte da elaboração tradicional do movimento operário e das correntes e partidos de esquerda, aprofunda a compreensão da realidade social e de seus mecanismos de reprodução, introduzindo uma nova dimensão ao caráter libertário da luta pelo socialismo.

Foi a partir desse período de ascenso do movimento de mulheres e de desenvolvimento do feminismo que a IV Internacional, atuando como parte integrante deste movimento, buscou incorporar à sua elaboração e atuação política a luta pela libertação das mulheres como um dos componentes essenciais da luta revolucionária. Mais que isso, reconhece que a organização autônoma das mulheres em um movimento que, lutando contra a mais antiga de todas as formas de opressão, tem um potencial revolucionário, anticapitalista e antiburocrático, e é a única garantia efetiva de que os interesses das mulheres possam ser parte integrante de um projeto revolucionário e socialista.

Exploração capitalista e opressão patriarcal

O feminismo, ao levantar o véu que encobre a opressão que pesa sobre metade da humanidade, desvenda uma realidade que, mais que oculta ou desconhecida, era mesmo negada. Hoje, começamos a compreender questões como o trabalho doméstico, a família, os benefícios que todos os homens usufruem a partir da opressão das mulheres, a profunda divisão entre o público e o privado, o controle do corpo e sexualidade feminina.

Já não se pode negar hoje a dimensão econômica da superexploração do trabalho feminino, e o papel do trabalho doméstico, desenvolvido e apropriado à margem do mercado e, portanto, "invisível" para as estatísticas oficiais, hoje indispensável para a reprodução do capitalismo.

Compreendemos melhor como se articulam a produção e a reprodução sociais, integrando a exploração capitalista e a opressão patriarcal, luta de classes e luta de gênero. Conhecemos melhor o funciona-

mento da família como instituição que mantém e reproduz a opressão das mulheres e molda os indivíduos para sua integração na sociedade burguesa. E sabemos que a ideologia patriarcal, através da história, serviu para negar ou ocultar a opressão de gênero exercida sobre as mulheres durante milênios, construindo uma história da humanidade vivida e contada a partir da supremacia masculina, identificada com a natureza e verdade inquestionável.

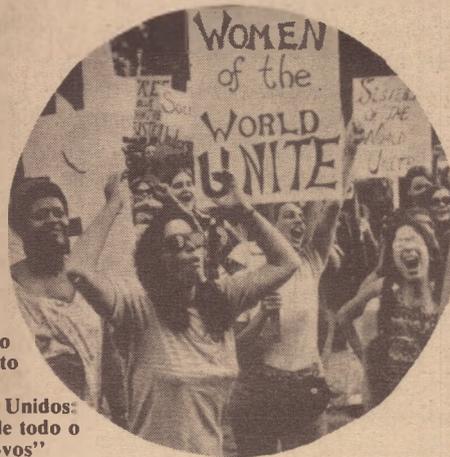
Uma relação de conflito

As contradições entre a situação de opressão e subordinação das mulheres e as dificuldades de incorporar a luta por sua libertação à luta dos trabalhadores não é recente. Desde o processo de constituição do movimento operário organizado, no final do século passado que, de formas diferentes em cada época, se desenvolvem contradições não apenas na incorporação das mulheres como um setor *legítimo* do movimento geral dos trabalhadores, mas também na integração das suas reivindicações específicas.

Os exemplos vão desde a campanha pela saída das mulheres das fábricas, vistas como concorrentes ao emprego masculino e o reforço do papel da mulher na família, desenvolvida no final do século passado, com o apoio do movimento sindical, até a visão que se consolidou na tradição do movimento operário e da esquerda de atribuir à organização e à luta das mulheres apenas um papel de apoio à luta geral dos trabalhadores e negar a sua opressão específica, com o pretexto de que rompiam a unidade da classe.

Podemos explicar as dificuldades na incorporação da luta das mulheres pelo movimento operário por vários fatores. Não se pode negar a debilidade da elaboração política e

Manifestação do movimento de mulheres nos Estados Unidos: "Mulheres de todo o mundo, uni-vos"



teórica do marxismo neste campo e a novidade do questionamento à dominação de gênero, isto é, a subordinação das mulheres como um setor social. Mas, sem dúvida, a principal dificuldade são os privilégios que todos os homens, mesmo os mais explorados pelo capital, obtêm devido à opressão das mulheres.

Duas visões equivocadas

A entrada das mulheres no mercado de trabalho não lhes garantiu a "igualdade proletária" da exploração de classes, mas, ao invés disso, combinou essa exploração com o domínio milenar do patriarcalismo, com a dominação de sexo exercida e apropriada não apenas pela ação direta do capital ou de seus representantes, mas também pelas mãos de seus próprios companheiros de classe. Ao buscar desvendar os mecanismos da dominação sexual, de gênero, da dominação patriarcal — o cultivo do poder e da violência masculinos sobre as mulheres — o feminismo aponta a necessidade do combate permanente aos mecanismos ideológicos e sociais que dificultam que o proletariado assuma a luta pela libertação das mulheres como parte essencial de sua perspectiva revolucionária.

É a partir desta perspectiva que se torna necessário evitar

os dois tipos mais comuns de simplificação. Por um lado, a interpretação economicista que reduz a opressão das mulheres a um aspecto da exploração de classe e, portanto, nega a profundidade desta opressão ao mesmo tempo em que não explica sua permanência nas mais diferentes formações sociais. E, portanto, desconsidera a necessidade da luta e organização específica das mulheres. De outro lado se coloca a visão que, reduzindo a opressão das mulheres a uma questão cultural, ideológica, dos costumes e modo de vida, não consegue perceber os seus fundamentos materiais e parte de um ponto de vista idealista que lega ao feminismo fundamentalmente um papel de *educação* dos homens (e das mulheres). Nos dois casos, se torna extremamente difícil compreender as contradições concretas de gênero existentes no seio do proletariado e, portanto, a necessidade de construção do movimento de mulheres.

O movimento de mulheres articula o combate à forma específica que sua opressão assume hoje, sob o capitalismo, com o combate à existência milenar de privilégios materiais, pessoais, sexuais e afetivos que são desfrutados pelos homens devido à opressão das mulheres. Ao fazer esta articulação se coloca a centralidade da organização específica das mulheres, de sua capacitação como dirigentes de sua própria luta e da construção do movimento autônomo de mulheres como uma necessidade, estratégica para sua libertação no bojo da luta pelos interesses históricos do proletariado, inclusive no período posterior à tomada do poder pelos trabalhadores.

A DS e o feminismo

No Brasil, o desenvolvimento de um importante movi-

mento de mulheres, com caráter feminista, na década de 70, não impediu que a luta das mulheres tivesse que se confrontar com o mesmo tipo de resistência dos setores de esquerda e do movimento operário, embora o movimento de mulheres, desde o início, tenha desenvolvido uma identidade privilegiada com os setores combativos do movimento dos trabalhadores. As razões para isso são as mesmas que em todo o mundo — incompreensão política, resistência dos homens que são a maioria destes movimentos, dificuldades de estruturação do próprio movimento de mulheres, debilitando uma relação de forças que permitisse às mulheres impor sem contestação o reconhecimento de sua luta específica.

Nesse quadro, a atuação da DS como tendência do PT tem buscado colocar como um dos elementos centrais de sua intervenção o combate para que o Partido dos Trabalhadores, e o conjunto do movimento operário e popular, assumam integralmente a luta pela libertação das mulheres. A incorporação do feminismo como parte do programa e da prática do PT, ao lado de um investimento permanente na construção do movimento de mulheres, são dois aspectos fundamentais de nosso combate para que a libertação das mulheres seja parte constitutiva de um projeto de revolução socialista no Brasil.

Primeiro Congresso da Mulher Paulista, 1979



Manifestação de mulheres contra o desemprego na Índia

